

## SOBRE GODWIN E SUA OBRA "SOBRE A JUSTIÇA POLÍTICA"

[ ABOUT GODWIN AND HIS WORK "ON POLITICAL JUSTICE" ]

Gabriel Afonso Campos \*\*

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

**Resumo:** Esta tradução é de um texto de Benjamin Constant publicado em 1829, um ano antes de sua morte. Seu conteúdo refere-se à obra *Inquérito acerca da justiça política*, do filósofo inglês William Godwin, cuja tradução para o francês o próprio Constant havia feito anteriormente. Nada obstante sua postura liberal, Constant defende a existência do Estado não como um mal necessário, mas como uma instituição necessária, cuja esfera de atuação não deve ser usurpada por nenhuma outra. A paginação da publicação original aparece aqui entre colchetes.

**Palavras chaves:** Benjamin Constant; William Godwin; liberalismo político

**Abstract:** This translation is from a text by Benjamin Constant published in 1829, a year before his death. Its content refers to the work *Enquiry Concerning Political Justice*, by the English philosopher William Godwin, whose translation into French Constant himself had previously done. Notwithstanding his liberal stance, Constant defends the existence of the State not as a necessary evil, but as a necessary institution, whose sphere of action is not to be usurped by any other. The pagination of the original publication appears here in brackets.

**Key-words:** Benjamin Constant; William Godwin; political liberalism

[211] Godwin, autor de *Caleb Williams*, desfrutou, já há algum tempo na Inglaterra e até mesmo na França, uma grande celebridade. Seus dois romances, o que acabo de nomear e outro intitulado *Saint-Léon*, foram lidos com curiosidade e traduzidos para todas as línguas. O primeiro, que é muito superior ao outro, pinta com grande energia, e em cores muito escuras, a impossibilidade de esconder um crime e a combinação de circunstâncias, muitas vezes bizarras, mas quase sempre inevitáveis, graças as quais alguém que acha que roubou de todos os olhos aparece repentinamente em um grande dia. O segundo romance, embora cheio de ideias ousadas e engenhosas, interessa menos, porque o autor introduziu o sobrenatural, que impede que alguém seja atingido pela verdade dos personagens e do conhecimento do coração humano, o que, sem essa mistura mal-entendida de feitiçaria e magia, colocaria esse trabalho em um nível muito alto. Esses romances, no entanto, contribuíram menos

\*Tradução de CONSTANT, Benjamin. De Godwin, et de son ouvrage *Sur la Justice Politique*. In: CONSTANT, Benjamin. *Mélanges de Littérature et de politique*. Paris : Pichon et Didier, 1829, p. 211-224. \*\* Universidade Federal de Minas Gerais. [m@ilto: gabriel.afms1@gmail.com](mailto:m@ilto: gabriel.afms1@gmail.com)

para a fama de [212] Godwin<sup>1</sup> do que seu *Tratado sobre a justiça política*, cuja tradução foi iniciada várias vezes na França e nunca foi publicada; como provavelmente não o será, presumo que alguns detalhes sobre este livro não desagradarão ao leitor.

A primeira edição da *Justiça política* de Godwin apareceu na Inglaterra em 1793, em um momento em que a Revolução Francesa, enchendo a Europa de espanto e horror, instou todos os amigos da humanidade a refletir sobre a base dos governos, a descobrir os meios de prevenir ou extirpar os abusos que provocaram essa crise tão violenta e, em alguns aspectos, tão funesta.

Godwin, levado pelo tipo de seu espírito para voltar às abstrações mais sutis para aplicá-las à realidade, propõe-se a aprofundar todas as questões relativas à natureza do homem, aos seus direitos e aos seus deveres e chegar, assim, a determinar a lei única e fundamental que deve servir de regra às instituições dos povos, bem como às relações dos indivíduos; é essa lei que ele nomeia *Justiça política*, e ele escolhe esse título para sua obra.

[213] Este trabalho pode ser dividido em três partes; e teria sido melhor, pelo menos como uma produção literária, que o escritor tivesse se ligado a essa divisão; por ter frequentemente tratado os mesmos assuntos aleatoriamente em mais de um capítulo, ele caiu em uma desordem e em repetições que tornam o entendimento de seu livro bastante difícil e sua leitura muito fatigante.

Assim, para dar aos nossos leitores uma ideia, adotaremos a ordem que o autor negligenciou e falaremos separadamente da parte metafísica, da parte moral e da parte política propriamente dita.

A metafísica de Godwin é falsa e comum. Não diz nada que não tenha sido lido em vários metafísicos do século XVIII, cujo mérito eu não desejo menosprezar, mas que, levando ao excesso os princípios de Locke – sendo que ele próprio muito tinha entendido o de Aristóteles (não há nada na inteligência que não tenha estado nos sentidos) –, despojam o homem de toda força interior, o representam como um brinquedo passivo das impressões de fora e ignoram a reação que ele exerce sobre essas impressões, reação que faz com que elas sejam modificadas por ele [214] quando as recebe, tanto quanto elas o modificam.

A parte moral de Godwin, aquela em que ele desenvolve os deveres dos indivíduos entre si, é ainda mais defeituosa. Seduzido pela ideia de justiça abstrata, ele deseja submeter a essa justiça estrita todos os movimentos, todas as afeições, todos os compromissos do homem; daí seus paradoxos sobre a piedade, a gratidão e as promessas. Como a veracidade mais escrupulosa é uma das características distintivas de seu caráter e de seus escritos, acreditado de boa fé; mas essas afirmações denotam tal ignorância do homem na sociedade - ignorância que é o resultado, diz-se, de uma vida contemplativa - que, por mais estranhas que sejam, dificilmente merecem ser refutadas. Não é sufocando as afeições mais doces que daremos felicidade à espécie humana. Não é necessário que o homem seja sempre imparcial e justo; pelo contrário, é o mais belo privilégio de sua independência individual que ele seja parcial pelo gosto, pela piedade e pelo treinamento. Magistrado, juiz, homem público, seu dever, sem dúvida, é a justiça; mas a parte mais preciosa de sua existência privada, sobre a qual a sociedade não deveria ter qualquer poder, é cercarem-se de seres queridos, seus [215] semelhantes por excelência, distintos de todos os seres de sua espécie. Quando se trata de outros, é suficiente para eles jamais prejudicá-los e, às vezes, servi-los; mas, a esse círculo

favorece, a este círculo de amor, de emoções, de lembranças pertencem sua devoção, sua ocupação constante e todos os gêneros de parcialidade.

A parte política de Godwin é, portanto, a única importante. Não é que esta parte do seu trabalho esteja livre de grandes erros. Ele parte de um princípio falso. *O governo*, diz ele, *é um mal necessário*. Essa ideia, que não é dele, parece, à primeira vista, um pensamento forte e, no fundo, é apenas uma expressão estranha. O primeiro escritor que a empregou, reconheço, impressionou seus leitores. Há governos que são, não direi um mal necessário, mas um mal muito supérfluo. No entanto, se nos aprofundarmos na ideia de Godwin no sentido geral e absoluto que ele dá à palavra governo, nós a descobriremos completamente errada.

O governo tem uma esfera própria. Ele é criado pelas necessidades da sociedade e para impedir que seus membros se prejudiquem mutuamente; enquanto permanecer nessa esfera, ele só pesa sobre os cidadãos que se prejudiquem uns aos outros. Portanto, não é um mal, [216] senão para os culpados e é bom que seja um mal para eles. Ele nem mesmo é, como reivindica Godwin, um mal absoluto ao mesmo tempo que um bem relativo. Tão logo o governo deixa sua esfera, torna-se um mal e um mal incalculável; mas não é como governo, é como usurpação que é um mal. Sem dúvida, quando, para atingir os culpados, ele ofende os inocentes; quando, sob o pretexto de prevenir os delitos, viola a liberdade; quando, arrogando para ele mesmo uma profusão de funções que não lhe pertencem, ele se ergue como professor, como moralista, como juiz das opiniões, supervisor das ideias, como diretor das luzes, ele se torna singularmente prejudicial. Mas, nós o repetimos, não está em sua qualidade de governo. Ele torna-se, então, simplesmente uma força, que pode ser apreendida por um único indivíduo, e seria apreendida por vários, ou até mesmo distribuída entre as mãos de todos que não seria mais legítima.

Se disséssemos que o governo não pode atingir o culpado sem ofender os inocentes às vezes, responderíamos que esse inconveniente não pertence ao governo, mas à natureza do homem. O selvagem que, retornando da caça, encontra sua cabana destruída ou seus filhos assassinados pode erroneamente suspeitar de [217] um outro selvagem e trazer sobre ele uma vingança imerecida. O governo pode estar errado também. É para evitar esses equívocos que ele institui formas. Se essas formas são boas e ele as respeita, longe de ser um mal, ele é bem.

Godwin fala muito, e com razão, da influência, sempre funesta, que a pressão da autoridade exerce sobre a felicidade e sobre as qualidades morais do homem. Mas quando a pressão da autoridade é sentida dessa maneira, é porque ela ultrapassou seus limites e excedeu sua esfera. Enquanto estiver limitado, essa pressão não existe. O inocente deve ignorá-lo; ela não é, portanto, um mal para ele, os culpados devem temê-lo; é bom, portanto, para todos.

Não é algo indiferente retificar essa redação. Quando se declara o governo um mal, se lisonjeia de inspirar nos governados uma desconfiança salutar; mas, como a necessidade do governo é sempre sentida, este não é o efeito que é produzido.

Acontece, pelo contrário, que os governos adotam essa doutrina. Resignam-se a ser um mal e, em sua qualidade de mal necessário, representam como inevitáveis tudo o que causam.

[218] Partindo de um princípio inexato, Godwin perdeu seu rumo. O governo é, segundo ele, apenas um mal necessário; ele concluiu que era necessário o mínimo

possível. Este é um segundo erro. Ele não o tira de sua esfera; mas, nesta esfera, não pode existir em demasia. A liberdade ganha tudo quando ele é severamente circunscrito ao recinto legítimo; mas ela não ganha nada, ela perde, pelo contrário, quando, neste recinto, ele é fraco; ele deve sempre ser todo-poderoso.

Por uma consequência necessária dessa teoria, falha em sua origem, Godwin chegou a ponto de fingir que um dia não haveria mais governo, e considerava essa época como o mais belo momento da espécie humana.

Ele não sentiu que o governo, afastado em sua esfera, isto é, unicamente ocupado em garantir os indivíduos de seus erros mútuos e de invasões do exterior, sempre existisse por direito, mesmo que ele não agisse de fato apenas quando os indivíduos precisassem de sua garantia. A soma legítima da autoridade do governo será sempre a mesma; a atividade do governo somente pode aumentar ou diminuir de acordo com as circunstâncias, isto é, conforme os homens, impulsionados por seus vícios, [219] suas paixões ou seus erros, entram em maior ou menor número no recinto onde o governo deve agir.

Por mais que a doutrina geral de Godwin seja defeituosa, seus detalhes são férteis em vislumbres felizes, em novas verdades, em ideias profundas. Em nenhum lugar podemos encontrar uma análise tão engenhosa e convincente das inconveniências da autoridade, quando ela não se limita a proteger e garantir, mas quer esclarecer, melhorar ou conduzir. Educação, instituições, dogmas religiosos, luzes, ciência, comércio, indústria, população, propriedade, Godwin examina a ação do governo em todas estas coisas e demonstra que o melhor, mais seguro e mais justo é manter a paz e deixar fazer [*laissez faire*]. Nenhum publicista provou mais claramente que, assim que perturbamos o interesse, sob o pretexto de dirigi-lo, nós o paralisamos; que, assim que impedimos o pensamento sob o pretexto de corrigi-lo, nós o falsificamos; e que qualquer outro guia que não a razão de cada um, pela inteligência de cada um, desnatura essa inteligência; nenhuma hipótese pérfida e perigosa, de que pode haver erros úteis; finalmente, ninguém melhor desmascarou essas pretensões ressurgentes das partes que se sucederam e que buscam limitar o poder [220] apenas porque não o possuem, prontos para que estejam sempre reivindicando para eles as atribuições que disputaram com seus adversários e sempre afirmando que o que disseram ontem ser prejudicial subitamente se tornou salutar hoje.

O grande mérito de Godwin é abordar francamente todas as questões e segui-las com a sagacidade de que é dotado, sem jamais desejar, pela timidez ou através de sistema, distorcer os resultados. Mas, como muitas vezes acontece, esse mérito é produzido por um amor apaixonado pela verdade, amor que dá a Godwin um espantoso poder de investigação e que o impede de se fatigar com qualquer extensão ou de ter medo de qualquer consequência, não sem inconvenientes para aqueles que o leem.

Às vezes, ele negligencia as precauções necessárias para fazer com que as ideias recebidas, que são muito diferentes das outras, sejam bem-vindas ou mesmo examinadas sem repugnância. Às vezes ele não suspeita da lassidão que deve ser causada por um desenvolvimento muito grande de ideias comuns. Às vezes, encontramos em uma única sentença uma ideia que exigiria dez páginas de explicação e, em outras, dez páginas dedicadas a demonstrar verdades há muito aceitas e que a indicação teria sido suficiente. A verdade, ou o que Godwin acredita ser a verdade, parece-lhe de igual importância em [221] todos os seus ramos. Segue-se que, porque ele

não as apoia com nenhuma prova, em um lugar as afirmações parecem estranhas e que, em outro, são superabundantemente incontestáveis.

Outra falha de Godwin é frequentemente atribuir à temeridade das hipóteses a falta de jeito dos detalhes; isso aconteceu com ele especialmente quando falou da perfectibilidade da espécie humana, dessa esperança, que só é repelida por aqueles a quem aflige, como os habitantes de alguma aldeia que deploram a melhoria das estradas, porque eles ganham com os viajantes quebrando seus carros ao cruzarem-nas.

Godwin foi levado em suas conjecturas sobre esse assunto pela necessidade de descrever o que ele deveria apenas sentir. Ele tentou detalhar as descobertas que não foram feitas; e atingido por várias inconveniências morais e físicas, cujo remédio ainda é desconhecido para nós, ele queria chegar à frente do tempo, que por si só pode indicá-lo para nós.

Quando apresentamos ao público uma opinião que pode parecer estranha, devemos ter cuidado para não acompanhá-la com conjecturas ainda mais extraordinárias. É bom o suficiente para ela ser nova sem ter que lutar contra o desfavor das pessoas ao seu redor. É necessário, ao contrário, dando-lhe [222] por aliado em proposições comuns, que se perdoe seu ar estrangeiro; e é somente quando um princípio não é mais um hóspede admitido com dificuldade e desconfiança, mas um que obteve o direito de cidadania e conquistou seu domicílio, que é permitido apelar a ele e admitir altamente os numerosos benefícios de suas consequências.

É fácil ver, por tudo que acabei de dizer, que o trabalho de Godwin está longe de ser um bom trabalho; mas convida o leitor atento a pensar por si mesmo e se dispõe a julgar todas as doutrinas e todas as instituições com imparcialidade e independência.

Acrescentarei que nunca foi um autor, mais do que Godwin, inimigo das revoluções, nem fez um quadro mais assustador delas, nem temia mais os males da anarquia, nem mais instava os homens a esperar por todos os esforços da razão, nem repetiu para eles de mais maneiras que a violência que antecipa a condenação é apenas um flagelo e que essa convicção torna a violência inútil. Godwin é um amigo zeloso da liberdade, mas também da paz.

Ele é o defensor da igualdade às vezes exagerado; mas ele é o adversário não menos corajoso de toda a inovação tumultuada e até mesmo de qualquer melhoria precipitada. Ele leva ao escrúpulo a tolerância por todas as opiniões [223] opostas às suas, a circunspeção pelas instituições contra as quais a unanimidade da associação não teria se pronunciado, interesse para as classes privilegiadas na quais se encontra, se elas não tivessem sido feridas e proscritas por mais de partidário das luzes e amigo da humanidade. É sempre contra apóstolos imoderados das revoluções que ele ataca os obstáculos que a liberdade encontra; é sua impaciência, sua intolerância, seu espírito de perseguição que ele acusa. Percebe-se ao lê-lo que, quando escreveu, aqueles a quem censurou eram os mais fortes e não previu que um dia que o oprimido, cuja causa ele invocava, seria um emulador dos opressores.

Eu disse, no início, que provavelmente o livro de Godwin nunca seria traduzido para o francês. Eu tinha, há mais de vinte anos, realizado e até completado a tradução. Uma consideração me fez desistir de publicá-la; eu temia que o que é quimérico nas previsões e antissocial em alguns dos princípios do filósofo inglês desfavoreceria as verdades das quais ele se declarava apóstolo e de que tem sido o defensor eloquente.

Existe, além disso, uma análise muito bem feita de suas doutrinas sobre as leis

positivas, um dos objetos [224] sobre os quais ele derramou mais luz, em uma obra intitulada *Do Homem e da Sociedade*. Infelizmente esta análise é precedida por um sistema de metafísica, o qual é todo abstrato e repleto de proposições duvidosas; mas, se formássemos um livro à parte dos três capítulos que o autor emprestou de Godwin, veríamos quão sábias e moderadas são muitas das ideias de um escritor que muitas pessoas consideram um sonhador estranho ou um demagogo tolo.

## NOTAS

Godwin também é autor de uma série de *Ensaio sobre Educação*, publicados em um jornal chamado *O Inquiridor* e que são plenos de sagacidades e novas ideias.